



20.09.2023

CORROIOS | SEIXAL

IV CONFERÊNCIA SINDICAL

Intervenção de José Correia
PRESIDENTE DO STAL

Bom dia Camaradas,

Uma saudação muito forte a todos os participantes, delegados, trabalhadores e convidados nesta nossa "IV Conferência Sindical do STAL". Conferência que se inicia com uma demonstração muito viva daquilo que caracteriza este nosso grande Sindicato: a fraternidade, a convicção, o empenho e a militância com que abraçamos a causa da Luta por um País mais justo e por melhores condições de trabalho e de vida para todos os trabalhadores da Administração Local e Regional.

Gostaria de deixar um agradecimento a todas as entidades presentes, uma saudação aos trabalhadores da Câmara Municipal do Seixal, em particular aos aqui presentes, ao Duarte pelo momento musical e, muito particularmente, aos Srs. Presidentes do Município do Seixal e da Freguesia de Corroios, também pelas facilidades concedidas, aos nossos funcionários, aos Sindicatos da nossa Frente Comum e à Secretária-Geral da CGTP, camarada Isabel Camarinha e ao Filipe Marques.

A grande força desta "IV Conferência" reside na sua discussão e preparação a partir dos Locais de Trabalho, com o envolvimento dos trabalhadores e de toda a estrutura, reflectindo no documento-base que aqui apresentamos, para análise, debate e decisão, com o lema "Com os trabalhadores, por melhores condições de vida e de trabalho. Reforçar o Poder Local e os Serviços Públicos. Fortalecer o STAL para afirmar, defender e conquistar direitos", as principais linhas orientadoras que conduzirão a nossa acção futura.

O STAL, que comemorará os seus 50 anos em 2025, reafirma o compromisso com a luta pela soberania e o desenvolvimento de Portugal, um caminho só possível com a rejeição dos constrangimentos e imposições da União Europeia, a elevação das condições de vida e laborais, a defesa do Poder Local e dos Serviços Públicos e uma verdadeira descentralização ao serviço do País e das populações, um rumo indissociável dos valores de Abril, cujo 50º Aniversário se celebrará em 2024.

A Conferência realiza-se num tempo complexo e incerto. Como refere o documento-base *“a crise do capitalismo, um sistema explorador, agressivo e predador, incapaz de responder aos problemas da Humanidade, que se alimenta do ódio, da irracionalidade, da guerra, do individualismo, do isolamento e do medo, visando quebrar solidariedades de classe, conduz a grandes e cada vez mais graves perigos.”*. O imperialismo procura fazer regredir a consciência dos povos sobre os seus legítimos direitos e aspirações. Quer a pandemia, quer a instigação da confrontação e, principalmente das sanções, incluindo o contexto de guerra da Ucrânia, tem vindo a traduzir-se num crescente agravamento da exploração, das desigualdades e das injustiças, numa rápida acumulação e concentração de capital, em quem promove a especulação, nomeadamente nos sectores financeiro, energético, agro-alimentar e da grande distribuição.

No plano nacional, as consequências negativas são também inseparáveis de décadas de governos PS, PSD e CDS que empurram Portugal para uma crise prolongada, aumento da exploração e fortes impactos em termos sociais, com condicionalismos na nossa soberania e na própria democracia. A obtenção pelo PS de uma maioria absoluta, não se afasta das políticas de Direita que nos têm governado, e rompeu com um percurso de reposição de direitos seguido nos últimos anos, logo com resultados negativos para o Povo e o País. Também o crescimento da Direita e da extrema direita, com uma agenda retrógrada e demagógica, constituem uma ameaça para o País que é preciso combater.

O anúncio de medidas e medidazinhas, remendos de alcance sempre muito limitado, pretendem apresentar um país das maravilhas que, não resolvendo nenhum problema da vida dos trabalhadores, não travam a degradação progressiva do seu poder de compra.

Os cerca de 140.000 trabalhadores da Administração Local, representam quase 20 % do total da Administração Pública, e auferem a média salarial mais baixa. Desde 2009, já perdemos, em média o equivalente a 3 salários.

O STAL lembra que, só em 2022 e 2023, a inflação acumulada de 14,1 %, irá ultrapassar o valor acumulado em 12 anos, entre 2010 e 2021, prolongando assim o longo período de recuo salarial.

Também entre 2022 e 2023 os trabalhadores irão sofrer, em média, uma quebra real do seu salário de 6 %, o que faz da reivindicação do aumento dos salários uma verdadeira emergência nacional. No lado oposto, estão os lucros escandalosos dos grupos económicos e financeiros, sem que da parte do governo PS, tenha havido qualquer intervenção, que ao nível da taxação, quer ao nível do controlo dos preços dos bens essenciais, agravando-se assim as desigualdades. No actual contexto de crescimento económico, relativamente á distribuição da riqueza criada pelos trabalhadores, cada vez é maior a parte que continua a ir parar aos bolsos do grande capital.

As dificuldades no acesso à habitação e os seus custos, assumem hoje uma dimensão dramática na vida de muitos trabalhadores, pelo que se exige medidas que travem a dinâmica especulativa a que o sector está submetido, e que o Estado assuma, por inteiro, a sua responsabilidade e promova um verdadeiro programa de habitação pública.

É imperioso enfrentar os interesses dos fundos imobiliários e a usura do capital financeiro, em particular da Banca, que no seu conjunto está a lucrar diariamente 7 M€ em comissões, serviços e taxas e 11 M€ / dia, à sombra do aumento das taxas de juro, e indiferente às dificuldades de centenas de milhares de famílias.

Após a realização em Março deste ano da greve nacional dos trabalhadores da administração pública, que foi seguida de uma grandiosa manifestação convergente, o governo lá se decidiu por um aumento intercalar de um mísero 1%, invocando os bons resultados obtidos em 2022 na redução do défice e da dívida. Como se esses resultados não fossem já conhecidos há vários meses. Como se a melhoria das condições de vida dos trabalhadores dependessem apenas da evolução do défice e da dívida, que resulta da carga fiscal já suportada por quem trabalha e de uma estratégia de desinvestimento e desresponsabilização relativamente às funções sociais do estado. Como se repusessem o poder de compra perdido durante décadas, muito particularmente nos últimos 2 anos.

Os trabalhadores já não conseguem esperar mais. Querem soluções efectivas, para ontem, que respondam aos seus problemas.

Por tudo isto, iremos continuar a trabalhar na PRC de 2024 a entregar ao Governo, subscrevendo também as Prioridades da Política Reivindicativa da nossa Central, exigindo um aumento de, pelo menos, 15 % dos salários, num mínimo de 150 € para todos, actualização do Subsídio de Refeição para 10,50 € e do SMN para chegar aos 1.000 € até final do próximo ano. Os trabalhadores estão de acordo com estas propostas, sobretudo por três ordens de razão: **Porque é possível**, num momento em que as empresas acumulam lucros e aumentam a distribuição de dividendos e o Estado apresenta um excedente orçamental histórico. **Porque é Justo**, na medida em que contribui para a recuperação do poder de compra perdido nos últimos anos e porque assegura uma mais justa distribuição da riqueza produzida pelos trabalhadores. **Porque é necessário**, pois valoriza o trabalho, impulsiona a contratação colectiva e contribui para o desenvolvimento de um País mais igual.

No conjunto de propostas apresentadas a esta Conferência, exigimos a melhoria das Condições de Trabalho. Precisamos de mais e melhor Segurança e Saúde no Trabalho, com locais de trabalho mais saudáveis e prevenção de acidentes e doenças profissionais, e de fortalecer a nossa organização com a eleição de mais representantes dos trabalhadores em SST. Precisamos que a

Autoridade para as Condições de Trabalho intervenha nos termos da Lei e que não continue a dizer que não tem tempo ou muito pior, que não intervém no sector da Administração Local. Também a justa reparação por motivo de acidentes de trabalho ou doença profissional constitui uma intervenção prioritária para o STAL.

Assinalando a conquista, desde 2021, do Suplemento de Penosidade e Insalubridade, e exigindo a sua melhoria e alargamento, o STAL não desiste da sua proposta de incluir o Risco e as compensações devidas que protejam a saúde dos trabalhadores, e exige a regulamentação e actualização de todos os suplementos remuneratórios, de Piquete, de Disponibilidade e de isenção de Horário de Trabalho, das ajudas de custo, que é miserabilista, bem como a reposição dos valores do pagamento do trabalho extraordinário que vigoravam antes da troika.

Continuando a combater a destruição de carreiras impostas pela Lei 12-A/2008, o STAL exige a recuperação das profissões, das carreiras e categorias profissionais, assegurando a evolução profissional, por progressão e promoção, com uma justa valorização salarial, após 3 anos na mesma posição remuneratória, com desempenho profissional positivo. Por outro lado, o governo insiste na desvalorização ou mesmo destruição das carreiras não revistas em 2008.

Não aceitamos “recauchutar” o SIADAP, para manter as quotas, condenar os trabalhadores à estagnação salarial e limitar a progressão, na sua grande maioria, a apenas 4 ou 5 níveis remuneratórios. Não aceitamos que o SIADAP continue a ter como único objectivo, não a valorização dos trabalhadores da Administração Pública, mas tão somente impedir a sua progressão profissional. Não queremos a revisão do SIADAP, o que queremos, e o que o funcionamento da Administração Pública reclama, é a sua eliminação e substituição por um sistema de avaliação justo, transparente e que valorize efectivamente o desempenho profissional!

A promoção e valorização da contratação colectiva, direito duramente atacado em todas as frentes, é indispensável ao avanço dos direitos num quadro em que apesar das dificuldades, tem sido possível com o envolvimento dos trabalhadores e com a Luta, abranger cada vez mais trabalhadores, empresas e entidades municipais, recuperando, conquistando e consolidando direitos nas autarquias e no sector privado. No sector empresarial exigimos a actualização dos salários, em vez da atribuição de prémios ocasionais que mantêm o salário-base permanentemente desvalorizado. No grupo “Águas de Portugal” exigimos que o direito à contratação colectiva promova efectivamente a distribuição da riqueza produzida. No grupo “EGF” e nas empresas que gerem a recolha de resíduos é fundamental continuar a lutar por este direito constitucional, que continua a ser negado aos trabalhadores, assim como todos os sectores que acompanhamos. É o caso das Associações Humanitárias de Bombeiros, em que só os Acordos Colectivos de Trabalho porão fim à desregulação dos horários e conduzirão a melhores condições de trabalho.

A luta pela conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar e contra a desregulamentação do tempo consagrado ao trabalho é outra das nossas prioridades, combatendo as “adaptabilidades” e “bancos de horas”, ou ainda a redução semanal dos dias de trabalho, aumentando a carga horária diária ou as novas formas de trabalho à distância, que apenas servem os interesses das empresas e entidades municipais, desregulando ainda mais a vida dos trabalhadores. Vamos continuar a bater-nos pela restrição do trabalho por turnos e do trabalho nocturno às situações justificadas é outra exigência, bem como pela fixação por negociação e contratação colectiva, dos subsídios e compensações adequadas. Iremos também lutar para que a jornada semanal de 35 horas se aplique efectivamente a todos os trabalhadores.

Tal como é prioritário termos pensões de reforma dignas e uma ADSE pública, solidária e com mais direitos.

A valorização e dignidade do trabalho impõe também, o fim da precariedade, que subsiste e se alargou, nas autarquias e sector empresarial, em que proliferam os contratos a termo, à tarefa, de emprego e inserção, o trabalho temporário, os “recibos verdes” e o recurso a programa de Ocupação de Tempos Livres. O emprego na Administração Local, não se pode constituir numa espécie de “emprego social”, “assistencialista”, com redução de direitos, que não serve as reais necessidades dos trabalhadores, mas tão só interesses políticos momentâneos que minorizam a acção reivindicativa, cabendo ao Governo concretizar uma política de apoio nas situações de maior vulnerabilidade. O emprego nos sectores de gestão da água e de resíduos, essenciais à qualidade de vida das populações, não pode continuar a ser fragilizado e precarizado, tem de ser de qualidade e correspondente à importância social que efectivamente tem.

A liberdade do exercício da acção sindical nos locais de trabalho sofre hoje novos e mais fortes ataques, condicionando esta actividade no interior das empresas e dos serviços, condicionando a realização de plenários e contactos com os trabalhadores, pressionando e ameaçando representantes eleitos pelos trabalhadores, destruindo propaganda sindical. Não nos deixaremos intimidar. A actividade sindical é um direito de Abril do qual os trabalhadores não prescindem, porque é o mais importante instrumento para a defesa dos seus direitos. Também o direito à Greve está a ser cada vez mais posto em causa, com a fixação por parte dos Tribunais Arbitrais de verdadeiros “serviços máximos”, que vão muito para além da actividade normal das empresas e serviços, situação contra a qual lutaremos, não aceitando também as pressões cada vez maiores sobre os trabalhadores para impedir este direito.

O STAL reafirma hoje aqui, a defesa e o reforço do Poder Local Democrático, cujo contributo para o progresso, a resolução dos problemas e o apoio às populações é decisivo. Esse é um caminho que exige o respeito pela autonomia local, a justa repartição de recursos públicos e a reversão de

processos que visam enfraquecer o Poder Local, como é o caso da transferência de competências, exigindo pelo contrário, o cumprimento da CRP, com a criação das Regiões Administrativas, sem as quais não será possível ultrapassar as assimetrias territoriais. Defender o Poder Local é também defender serviços públicos municipais de qualidade, nomeadamente do sector de águas, saneamento, resíduos sólidos urbanos e higiene e limpeza urbana, condição essencial para responder aos desafios do nosso tempo, melhorar as condições de vida de toda a população e para a construção de uma sociedade mais justa.

Neste plano, e tendo em conta a realização do próximo Congresso da ANMP, neste concelho, no próximo dia 30, para o qual fomos convidados e estaremos presentes, aqui reafirmamos que é dever dos autarcas respeitar e estimular a contratação colectiva como forma de melhorar e recuperar direitos, a par do respeito pela liberdade, autonomia e representatividade sindical em todos os espaços do município; que é fundamental aplicar o suplemento de penosidade e insalubridade em vez de encontrar subterfúgios para a sua não implementação; que é um direito dos trabalhadores ser avaliado de forma atempada, participada e justa, em vez de ser sujeito às maiores tropelias; que a aplicação da opção gestionária é um instrumento que pode e deve ser utilizado para a melhoria salarial, em particular das remunerações mais baixas, que a defesa dos serviços como a água e o saneamento, a recolha de resíduos, a limpeza, os transportes urbanos, não se faz entregando a sua gestão a privados, nem alienando a competência para outras entidades embora públicas, mas cujo funcionamento é cada vez mais parecido com o privado.

Por fim, a Conferência assume como seu objectivo central, o reforço e a consolidação do STAL, como a organização de classe mais representativa e combativa em defesa dos direitos dos trabalhadores da Administração Local, assente numa matriz sindical de classe, de luta e protesto, de reivindicação e disponibilidade negocial, que combate a exploração, mobiliza os trabalhadores para a conquista de direitos e contribui activamente, em conjunto com a Frente Comum, no plano sectorial, e no plano mais geral com o Movimento Sindical Unitário, no seio da CGTP, para transformar a realidade e melhorar a vida de todos os trabalhadores.

A melhoria da vida dos trabalhadores, das suas condições de trabalho, o aumento dos salários, a defesa dos direitos depende em muito da intervenção de todos nós, do esforço de cada mulher e homem que no nosso Sindicato dá a cara, se empenha, mobiliza e luta. Os dirigentes e delegados sindicais são apenas a parte mais visível e exposta, que têm atrás de si a força dos trabalhadores que representamos.

Isto exige uma acção sindical centrada cada vez mais nos locais de trabalho, o reforço da sindicalização, a intensificação da intervenção de dirigentes, delegados sindicais e representantes

dos trabalhadores para a SST e o alargamento desta rede, com mais e melhor propaganda sindical e formação dos quadros sindicais.

Só assim, se tornará possível, com o envolvimento de todos os trabalhadores, ampliar a acção reivindicativa, promover mais contratação colectiva, desenvolvendo a tão necessária Acção Sindical Integrada.

Para isto é necessário deitar mãos à obra, com mais militância sindical e vida colectiva. É isto que os trabalhadores esperam de nós e este Sindicato, como sempre saberá dar essa resposta.

Viva os trabalhadores!

Viva a "IV Conferência Sindical do STAL"

Viva o STAL! Viva a CGTP!